

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 793, DE 2017

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

CD/117283.72650-11

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Art. 12. A Lei nº 8.212, de 1991, passa a vigorar com as seguintes Alterações:

"Art. 25.....

.....

§ 12. Não integra a base de cálculo dessa contribuição a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem sobre o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.

§ 13. O empregador rural pessoa física poderá optar pela contribuição de que tratam os incisos I e II do art. 22 até o último dia útil de cada ano, caso tenha interesse em manter-se na modalidade de contribuição de que trata o referido artigo.

..... " (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, conferir ao empregador rural pessoa física o direito de optar pela contribuição que mais se adequa à sua atividade e aos custos decorrentes da mão-de-obra empregada, não sendo justo aquele que mantem um número mínimo de empregados pague sobre a receita bruta, o que fere o princípio da isonomia tributária, assim como restabelecer texto que já esteve contido no ordenamento jurídico, que impedia a bitributação nas operações entre produtores rurais. Certo de sua importância, solicitamos apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação desta Emenda.

CD/17283.72650-11

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado VALDIR COLATTO